



Prefeitura Municipal do Rio Grande
Secretaria de Município do Meio Ambiente - SMMA

DECLARAÇÃO DE ISENCÃO

Nº: 049/2021

A Secretaria de Município do Meio Ambiente do Rio Grande, criada pela Lei Municipal Nº 5.793/2003, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal nº 99.274/1990 e conforme habilitação homologada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), no uso das atribuições conferidas pela Resolução CONSEMA Nº 372/2018 e Convênio de Delegação de Competência em Ações de Meio Ambiente, conforme Lei Municipal Nº 7.966/2015 que disciplina o Licenciamento Ambiental Municipal e com base nos autos do Processo Administrativo Nº 045/2021, expede o presente documento de Declaração que isenta:

I. DADOS DO EMPREENDEDOR

Nome: Gabinete de Programas e Projetos Especiais - PMRG
CNPJ: 88.566.872/0001-62
Endereço: Largo Engenheiro João Fernandes, s/n
Bairro/CEP: Centro / 96200-015
Município/Estado: Rio Grande/RS

II. DADOS DO EMPREENDIMENTO

Razão Social: PMRG – Implantação da Praça Cibrazem
CNPJ: 88.566.872/0001-62
Endereço: Rua A – Loteamento Cootrahab Junção
Bairro/Loteamento: Vila Maria
CEP: 96203-402
Área total do empreendimento: 2.095,30 m²
Latitude: Não informado.
Longitude: Não informado.

III. DADOS DO LICENCIAMENTO/ATIVIDADE

Atividade: Implantação da Praça Cibrazem
Potencial Poluidor: –
Porte: –
Área útil: 2.095,30 m²
Vigência: –

IV. RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LICENCIAMENTO

Não se aplica.



IV. CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

1. Condições gerais:

- 1.1. Esta Declaração isenta, exclusivamente, a atividade de **Implantação da Praça Cibrazem**, situada na Rua A – Loteamento Cootrahub Junção, Bairro Vila Maria, Município de Rio Grande/RS, de responsabilidade do **Gabinete de Programas e Projetos Especiais (GPPE) - Prefeitura Municipal do Rio Grande**;
- 1.2. Este documento não contempla outra atividade diferente da informada pelo empreendedor e que não tenha sido apresentada na documentação entregue à SMMA;
- 1.3. A responsabilidade pelas informações prestadas à SMMA é do GPPE;
- 1.4. No caso de qualquer alteração nos procedimentos operacionais (incluindo a utilização de novos equipamentos, ampliação de área, etc.) a SMMA deverá ser previamente consultada;
- 1.5. O responsável deverá manter as condições de instalação e operacionais adequadas, respondendo de imediato por quaisquer danos ao meio ambiente ou que afetem o bem-estar da população em decorrência das intervenções no local;
- 1.6. Quando da contratação de serviços terceirizados passíveis de licenciamento ambiental, o GPPE deverá atentar-se para locais/empreendimentos que possuam licença ambiental vigente, devendo cópia dos referidos contratos e das referidas licenças serem juntadas ao projeto;
- 1.7. Este documento somente é válido quando atendidas as legislações municipal, estadual e federal vigentes;
- 1.8. Ressalta-se que a SMMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as medidas de controle e adequação, bem como, suspender ou cancelar uma licença expedida quando ocorrer a violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, segundo Art. 12 da Lei Municipal nº 7.966/2015.

2. Quanto à flora e à fauna:

- 2.1. Fica proibida a utilização de fogo e/ou processos químicos para qualquer intervenção na vegetação nativa e/ou exótica do local das intervenções;
- 2.2. Esta licença não autoriza intervenção na vegetação nativa, qualquer supressão vegetal só poderá ocorrer depois de constatada a ausência de nidificação;
- 2.3. O projeto paisagístico deverá ser implantado na sua totalidade, não poderão ocorrer perdas superiores a 10% do plantio;
- 2.4. Não poderá haver intervenção na área se constatada a presença de fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, de acordo com as Leis Federais nº 5.197/1976 – Lei de Proteção à Fauna e nº 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais e demais legislações pertinentes, devendo a SMMA ser comunicada imediatamente;



Prefeitura Municipal do Rio Grande

Secretaria de Município do Meio Ambiente - SMMA

2.5. Deverá ser realizado monitoramento prévio da fauna antes do início das intervenções, visando seu afugentamento e/ou resgate quando couber;

3. Quanto às emissões sonoras e atmosféricas:

3.1. Os níveis de ruído gerados pela atividade deverão estar de acordo com a NBR n° 10.151 e n° 10.152, da ABNT, conforme determina a Resolução CONAMA n° 01/1990;

3.2. Deverão ser controladas as vibrações mecânicas geradas durante as atividades, de modo a não causar incômodos à vizinhança;

3.3. As obras deverão ser conduzidas de forma a evitar a emissão de substâncias odoríferas e de material particulado visível para a atmosfera em quantidades que estejam fora dos limites estipulados pela legislação ambiental vigente, sendo que os depósitos de materiais deverão ser cobertos e deverá ser realizada periodicamente aspersão de água no local;

3.4. O responsável deverá promover a manutenção periódica e preventiva dos equipamentos e veículos a fim de controlar a emissão de poluentes.

4. Quanto ao sistema de abastecimento de água:

4.1. A água a ser utilizada para o desenvolvimento das atividades do empreendimento deverá ser fornecida pela Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, Unidade de Saneamento da cidade do Rio Grande/RS;

4.2. Fica proibido o uso de água subterrânea, o qual somente será permitido mediante apresentação, à SMMA, de Outorga do Uso da Água, solicitada junto ao Departamento de Recursos Hídricos (DRH), da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA).

5. Quanto aos efluentes líquidos:

5.1. Não será permitida a geração de esgoto sanitário;

5.2. Em caso de uso de banheiros químicos, o responsável deverá se atentar à contratação de empresas ambientalmente licenciadas e apresentar à SMMA a devida Licença Ambiental da empresa contratada, acompanhada do Contrato de Locação.

5.3. Fica proibida a descarga de águas servidas nos logradouros públicos, conforme Art. 21 da Lei Municipal n° 3.514/1980.

6. Quanto aos resíduos sólidos:

6.1. O responsável deverá cumprir o disposto na Lei Federal n° 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado destes resíduos;

6.2. Na gestão e no gerenciamento de resíduos, segundo Art.º 35 do Decreto n° 7.404/2010, o qual regulamenta a Lei Federal n° 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado destes resíduos, deverá ser observada a



Prefeitura Municipal do Rio Grande

Secretaria de Município do Meio Ambiente - SMMA

seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

6.3. Os resíduos gerados deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados para armazenagem temporária na área objeto deste licenciamento, observando a NBR nº 10.004, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos;

6.4. Deverá ser mantida uma área específica para o armazenamento temporário de resíduos, inclusive recicláveis, devidamente identificada, visando a fomentar a separação dos resíduos por parte dos funcionários, além de facilitar a correta destinação destes materiais;

6.5. Recomenda-se que, de acordo com a Lei Federal Nº 12.305/2010, os resíduos recicláveis gerados sejam destinados prioritariamente a cooperativas ou outras formas de associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, desde que essas possuam licença ambiental vigente;

6.6. Fica proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas por órgão competente, conforme parágrafo 3º, Art. 19 de Decreto nº 38.356, de 01/04/98;

6.7. Não poderão ser dispostos ou destinados resíduos ou rejeitos em praias, mar ou qualquer corpo hídrico, a céu aberto, *in natura*, ou outras formas vedadas pelo poder público;

6.8. A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final/disposição de resíduos não isenta o empreendedor da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos/rejeitos;

6.9. O gerador, o transportador e o destinatário final são corresponsáveis e podem ser multados pelo poder público caso não garantam a destinação para locais adequados.

7. Quanto à segurança e aos riscos operacionais:

7.1. A atividade deverá atender às exigências da Portaria do MTB nº 3.214/1978, que aprova as Normas Regulamentadoras - NR's - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina no Trabalho, principalmente no que tange:

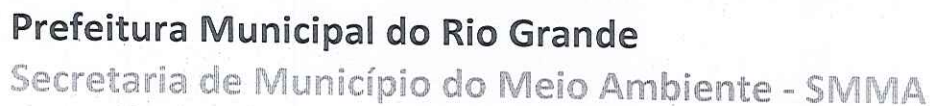
7.1.1. Riscos Ambientais;

7.1.2. Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais;

7.1.3. Sinalização de Segurança.

7.2. O responsável deverá manter os acessos internos e externos e as instalações do empreendimento organizadas, limpas e em bom estado de higiene, especialmente as vias de circulação e passagens, coletando e removendo regularmente detritos em geral, de forma a não obstruir portas e saídas de emergência e não impedir o acesso aos equipamentos de combate a incêndio;

7.3. Deverá ser prevista a implantação de equipamentos de segurança em todas as instalações que ofereçam riscos, em conformidade com as normas vigentes.



- I. Havendo alteração nos atos constitutivos, cópia da mesma deverá ser apresentada, imediatamente, à SMMA, sob pena de o empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento;
- II. Este documento perderá sua validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade ou algum prazo estabelecido nas condições acima seja descumprido;
- III. Este documento não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais;
- IV. A violação das condições impostas no presente documento acarretará na incidência das sanções administrativas, civis e penais cabíveis a espécie;
- V. A critério da SMMA, poderá ser exigida documentação complementar;
- VI. Qualquer alteração significativa na atividade deverá ser informada a esta Secretaria. Caso haja mudança significativa na atividade, descumprimento de alguma restrição contida acima ou mudanças na legislação ambiental ora em vigor, este documento poderá ser revisado e revogado por esta Secretaria;
- VII. O presente documento é emitido com base na legislação vigente e pareceres técnicos dos integrantes da equipe técnica multidisciplinar da Unidade de Licenciamento e Fiscalização Ambiental da SMMA, constantes no referido processo de licenciamento ambiental;
- VIII. Este documento deverá estar disponível no local da atividade para efeito de fiscalização;
- IX. Anuência aos Termos do presente documento:



Pedro Friedrich Fruet
Secretário de Município do Meio Ambiente
Prefeitura Municipal do Rio Grande

